



Às nove horas do dia vinte de novembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausências justificadas dos Conselheiros **DANIEL LAVAREDA e CEZAR COLARES**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Convocado o Auditor Alexandre Cunha e o Auditor o Sérgio Dantas para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 055/2014.

LEITURA DE EXPEDIENTE: o Secretário Geral do TCM, Robson Figueiredo do Carmo, procedeu a leitura do seguinte expediente: *"Processo nº 201419028-00, o Presidente da Câmara Municipal de Rondon do Pará, Sr. Valmir Alves dos Santos, encaminhou a esta Corte o Decreto Legislativo nº 11.218/2014, que manteve o disposto na Resolução nº 11.218/2013 deste Tribunal que aprovou as contas da Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, exercício de 2004, de responsabilidade dos Srs. Moisés Soares de Oliveira (período de 01.01.04 a 06.06.04) e Edilson Oliveira Pereira (período de 07.06.04 a 31.12.04)"*. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos:

Processo nº 170012010-00; Prefeitura Municipal de Bragança; Prestação de Contas - 2010 - Contas Anuais de Governo; Responsável: Edson Luis Oliveira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Bragança a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade de Edson Luis Oliveira, pelo descumprimento dos Arts. 19, III e 20, III, "b", da LC 101/2000, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, de multa no valor de R\$-3.000,00, nos termos do Art. 282, I, "b" do RI/TCM/PA; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências que entender cabíveis. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 170012010-00; Prefeitura Municipal de Bragança; Prestação de Contas - 2010 - Contas de Gestão; Responsável: Edson Luis Oliveira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Bragança, exercício de 2010, de responsabilidade de Edson Luis Oliveira, que deverá recolher, no prazo de trinta (30) dias, as



seguintes multas: ao FUMREAP: R\$-2.000,00, pelo atraso na remessa da LOA, Balanço Geral, RREO's do 1º ao 6º bimestres (Art. 284, II do RI/TCM/PA); - R\$-5.000,00, pela ausência de processos licitatórios (Art. 282, I, "b" do RI/TCM/PA);- R\$-5.000,00, pela não remessa do ato de fixação e portarias de concessão de diárias (Art. 284, § 1º do RI/TCM/PA); aos Cofres do Município: - R\$-50.911,20, pelo atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal, do 1º ao 3º quadrimestres, nos termos do Art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 610012010-00; Prefeitura Municipal de Primavera; Prestação de Contas - 2010 - Contas Anuais de Governo; Responsável: Cleuma Maria Bezerra de Oliveira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Primavera a aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade de Cleuma Maria Bezerra de Oliveira. **Processo nº 610012010-00; Prefeitura Municipal de Primavera; Prestação de Contas - 2010 - Contas Anuais de Gestão; Responsável: Cleuma Maria Bezerra de Oliveira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Primavera, exercício de 2010, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, de multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela não remessa das Portarias de concessão de diárias, na forma do Art. 282, III, "a" do RI/TCM/PA. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1230022008-00; Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará; Prestação de Contas - Exercício 2008; Responsável: Maria Lúcia Machado; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade da Sra. Maria Lúcia Machado, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-662.272,80, pelas despesas ordenadas. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 174162010-00; Fundo Municipal de Educação de Bragança; 2010 - Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria Eulina Rabelo de Souza; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O



81 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
82 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de
83 Bragança, exercício de 2010, de responsabilidade de Maria Eulina Rabelo de Souza, pela ausência de
84 processos licitatórios com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta(30) dias, das seguintes
85 multas: - R\$-1.001,00 - pela remessa fora do prazo das prestações de contas do 2º e 3º
86 quadrimestres (Art. 284, II do RI/TCM);- R\$-1.000,00 - pelo não envio do Parecer do Conselho de
87 Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (Art. 282, III, "a" do RI/TCM);- R\$-5.000,00 – pela
88 realização de despesas sem o devido processo licitatório (Art. 282, I, "b" do RI/TCM); cópia dos
89 autos ao Ministério Público Estadual. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo.
90 **Processo nº 201001822-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Salinópolis;**
91 **Prestação de Contas – 2009; Responsável: Mirian de Almeida Holanda Silva; Instrução 1ª**
92 **Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator -**
93 **Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
94 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
95 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
96 Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de
97 Assistência Social do Município de Salinópolis, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da
98 Sra. Mirian de Almeida Holanda Silva, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-
99 1.233.541,22 pelas despesas ordenadas. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo.
100 **Processo nº 142032005-00; Companhia de Transporte de Belém - CTBEL; Prestação de**
101 **Contas – 2005; Responsável: Ivanildo Ferreira Alves; Instrução 7ª e 3ª Controladoria; Ministério**
102 **Público Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo
103 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
104 pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
105 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela
106 irregulares as contas da Companhia de Transportes de Belém-CTBEL, exercício de 2005, de
107 responsabilidade do Sr. Ivanildo Ferreira Alves; cópia dos autos deve ser remetida ao Ministério
108 Público Estadual. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
109 **750042009-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Domingos do Capim - SAAE;**
110 **Prestação de Contas – 2009; Responsável: Isaac José de Araújo Carmo; Instrução 1ª Controladoria;**
111 **Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo
112 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
113 pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
114 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**,
115 decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Serviço de Autônomo de Água e
116 Esgoto de São Domingos do Capim – SAAE, exercício financeiro de 2009, com a expedição do Alvará
117 de Quitação ao Sr. Isaac José de Araújo Carmo, no valor de R\$-261.002,01, pelas despesas
118 ordenadas. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200914006-**
119 **00; Centro Catequético de Promoção Humana Santa Izabel da Hungria; Prestação de**
120 **Contas do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 039/2009; Responsável: José Nilton Leandro da**



Costa; Instrução: 1º Controladoria Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio de nº 037/2009, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC – PM - Belém e o Centro Catequético de Promoção Humana Santa Izabel da Hungria, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-10.640,00 (dez mil, seiscentos e quarenta reais), em favor do Sr. José Nilton Leandro da Costa. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201102188-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre**; Aposentadoria – Portaria nº 04/2011, de 02.02.11; Interessada: Maria Plácido da Silva; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contra o registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu contra o registro do Ato, nos termos do voto da Relatora. **Processo nº 201214957-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre**; Aposentadoria – Portaria Gab/Pres nº 062, de 03.09.2012; Interessada: Eulália Maria Lopes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contra o registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu contra o registro do Ato, nos termos do voto da Relatora. **Processo nº 201216703-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre**; Aposentadoria – Portaria nº 071/2012, de 29.09.2012; Interessada: Valdeci dos Santos Corrêa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contra o registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu contra o registro do Ato, nos termos do voto da Relatora. **Processo nº 201304522-00; Instituto de Previdência do Município de Paragominas**; Pensão – Portaria nº 09/2013, de 14.03.2013; Interessada: Elizafá Oliveira Landim e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato, nos termos do voto da Relatora. **Processo nº 201304298-00; IPASEMAR – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá**; Pensão - Portaria nº 014/13, de 14.02.2013; Interessada: Alberto Pereira Bizerra e Alexia Gabriele da Silva Bizerra; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro



Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 201406209-00; Câmara Municipal de Cametá**; Subsídio – Resolução nº 001/2014, que altera a Resolução nº 004/2012 que fixa os Subsídios dos Vereadores para a Legislatura de 2013/2016; Interessado: Kledison Heradito A. Teles; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta. **Processo nº 201217739-00; Marituba**; Denúncia - 2011; Denunciante: Ok Rent a Car; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência da Denúncia com a responsabilização do ex-Prefeito e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência da Denúncia, e consequente responsabilização do Prefeito Municipal de Marituba, nos exercícios 2011 e 2012, Sr. Jesus Bertolo Rodrigues do Couto, pelas despesas realizadas sem comprovação de: R\$-255.365,00, às empresas OK RENT A CAR SS LTDA-EPP e OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-EPP, em 2011; e de R\$-523.350,00 à empresa OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-EPP, em 2012, que deverão ser levantadas nas respectivas prestações de contas, da Prefeitura Municipal de Marituba; cópia dos autos enviada ao Ministério Público Estadual. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: o Conselheiro José Carlos Araújo solicitou a autorização do Plenário (Processo PA nº 20143241-00) para utilização das verbas do FUMREAP, em obediência ao Art. 5º da Lei nº 7.368/09, na contratação da Empresa Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática que cuidará da elaboração e implementação do novo Plano Estratégico do TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a solicitação apresentada. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**. A Presidência acatou a solicitação efetuada. **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e cinquenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte de novembro de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão